



Aporte institucional das Instituições de Ensino Superior aos Editores de Periódicos Científicos

Elisabete Werlang^I

<https://orcid.org/0000-0001-6910-616X>

Ursula Blattmann^{II}

<https://orcid.org/0000-0002-8834-0987>

^I *Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil.
Doutora em Ciência da Informação.*

^{II} *Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil.
Pós-doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal do
Pernambuco.*

<http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/26694>

As instituições de ensino superior públicas são responsáveis pela edição da maioria dos periódicos científicos no Brasil. Os professores dos programas de pós-graduação realizam voluntariamente a gestão do fluxo editorial. Este artigo discute o aporte institucional em termos financeiros, humanos, físicos e tecnológicos recebidos pelos editores, necessários ao atendimento das boas práticas editoriais. É uma pesquisa de natureza aplicada, com fins exploratórios e descritivos, realizada com 95 editores vinculados à Associação Brasileira de Editores Científicos. Os resultados obtidos apontam as lacunas existentes no aporte institucional recebido, principalmente quanto ao estabelecimento de critérios técnicos para a seleção, permanência e renovação do editor; à preservação digital; à insuficiência dos recursos financeiros para a autossustentação dos periódicos e até mesmo em relação à própria formalização dos periódicos junto às instituições editoras. As conclusões evidenciam

que parte das necessidades dos editores não é suprida por uma questão de responsabilidade dupla: de um lado os editores, que iniciam esta atividade sem formação ou capacitação na área editorial, o que os deixa vulneráveis às próprias intempéries da função; de outro, as próprias instituições que, por não possuírem um enquadramento específico para a função, sofrem dos mesmos problemas de desconhecimento do aporte institucional necessário à editoria científica.

Palavras-chave: *Publicação Científica. Revistas Científicas. Editor Científico. Gestão Editorial. Aporte Institucional.*

Institutional support by Higher Education Institutions to Editors of Scientific Journals

Public higher education institutions are responsible for editing most scientific journals in Brazil. Professors of graduate programs voluntarily manage the editorial flow. This article discusses the institutional contributions in financial, human, physical and technological terms received by editors, necessary to comply with good editorial practices. It is an applied research, with exploratory and descriptive purposes, carried out with 95 editors linked to the Brazilian Association of Scientific Editors. The results obtained point out the existing gaps in the institutional support received, mainly regarding the establishment of technical criteria for the selection, permanence and renewal of the editor; to digital preservation; the insufficiency of financial resources for the self-sustainability of the periodicals and even in relation to the formalization of the periodicals with the publishing institutions. The conclusions show that part of the editors' needs are not met due to a question of double responsibility: on the one hand, the editors, who start this activity without training or qualification in the editorial area, which leaves them vulnerable to the very poor

weather of the function; on the other hand, the institutions themselves that because they do not have a specific framework for the function, suffer from the same problems of not knowing the institutional support necessary for scientific publishing.

Keywords: *Scientific publication. Scientific journal. Scientific Editor. Editorial management. Institutional financial aid.*

Recebido em 08.03.2022 Aceito em 27.12.2022

1 Introdução

A produção de artigos científicos nas Instituições de Ensino Superior (IES), junto aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, é resultante da formação de pesquisadores que, no labor da investigação científica, realizam a divulgação dos resultados das suas pesquisas para a sociedade em geral e, especialmente, para os demais pesquisadores da sua área de atuação.

A demanda por publicação exige que alunos e professores se tornem simultaneamente leitores, autores e avaliadores envolvidos no fluxo editorial científico. Conforme progredirem na carreira acadêmica, tornam-se editores dos periódicos científicos criados por eles mesmos ou por seus antecessores, estimulados pelas instituições que exigem publicações, pois são avaliadas quantitativamente por meio das agências de fomento à pesquisa, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A edição dos periódicos científicos, na maioria das IES brasileiras, é de responsabilidade dos professores, que acumulam a gestão do fluxo editorial e se responsabilizam pela qualidade científica da publicação, concomitante à docência, à pesquisa, à extensão e, algumas vezes, a outras atividades administrativas vinculadas aos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*. Para exercer todas essas funções, os professores necessitam de condições institucionais favoráveis, de recursos humanos e financeiros, de infraestrutura e de capacitação.

As IES brasileiras não têm a publicação científica como fonte de recursos, mas sim como investimento, em alguns casos por meio da disponibilização de carga horária aos docentes envolvidos na editoria científica, principalmente aos que se tornam editores. Sem formação na área editorial, os professores assumem as demandas do fluxo editorial

científico, dedicando horas de trabalho técnico e de alta complexidade na emissão de pareceres e na publicação de periódicos científicos.

Nem sempre os editores responsáveis pelos periódicos recebem aporte institucional para executar com qualidade as demandas do fluxo editorial científico. O termo aporte tem como significado “qualquer tipo de auxílio que se destina a um propósito específico: aporte financeiro, social, literário, científico, [e como sinônimos] subsídio, contribuição, ajuda, auxílio, financiamento, incentivo” (APORTE..., 2018).

Nesta perspectiva, compreende-se aporte institucional para editores de periódicos científicos nesta pesquisa como: vínculos institucionais estabelecidos e formalizados entre a instituição editora, o periódico e o responsável institucional pelo periódico; Comitê de Política Editorial atuante; subsídios financeiros visando à autossustentação do periódico; recursos humanos com vínculos institucionais e reconhecimento para atendimento das demandas do fluxo editorial e as boas práticas editoriais científicas; infraestrutura física com ambiente de trabalho adequado para as equipes editoriais; suporte tecnológico que garanta a visibilidade e a preservação digital do conteúdo publicado, visando ao atendimento com qualidade das exigências relacionadas ao contexto da editoria científica.

A instituição editora do periódico deve oferecer aporte para que o editor atenda às demandas exigidas pelo fluxo editorial com a qualidade esperada. A falta de aporte institucional na editoria científica no Brasil é apontada como amadorismo por Stumpf (1998, p. 5):

Um dos pontos a serem observados e que interferem na qualidade das revistas, é a falta de comprometimento das instituições mantenedoras com a publicação de seus periódicos. O amadorismo que permeia a publicação das revistas nacionais, tanto daquelas publicadas pelas sociedades científicas quanto as editadas pelas universidades, é decorrente da falta de apoio institucional e de programas que ofereçam recursos para que os periódicos sejam editados.

Neste cenário, os desafios que os editores científicos assumem e enfrentam são inúmeros e a qualidade editorial depende do conhecimento e do monitoramento de todo o processo editorial.

Angelo e Oliveira (2017) diagnosticaram a situação de periódicos de acesso aberto editados em Minas Gerais. Os resultados indicaram 205 periódicos, sendo que 37% estão inativos ou indisponíveis, a maioria das áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, tendo como editores Institutos de Ensino Superior. As autoras ponderaram que no Brasil há pouca informação a respeito da situação atual dos periódicos científicos e que faltam políticas públicas de apoio à editoria científica.

Devido à escassez de estudos a respeito de como os periódicos e as suas equipes editoriais são estruturados para atender as demandas da publicação científica, assim como sob quais condições os periódicos são editados, este artigo, oriundo do processo de doutoramento de Werlang (2019), tem como objetivo discutir o aporte institucional disponível aos editores de periódicos científicos, em termos financeiros, humanos, físicos e tecnológicos. Discutir na perspectiva de levantar questões quanto ao aporte institucional, necessário ao atendimento das boas práticas editoriais e das exigências das agências reguladoras relacionadas à qualidade da publicação científica.

A contribuição deste artigo está em subsidiar os editores e as instituições editoras na melhoria das condições de trabalho dos envolvidos e na consequente qualidade dos periódicos científicos editados no Brasil. O aporte institucional que o editor recebe para a execução das demandas editoriais se reverte na comunicação e preservação do conhecimento produzido, fatores relevantes tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade.

2 Contexto da editoria científica

Várias podem ser as instituições que respondem pelos periódicos científicos, não somente as instituições universitárias. Packer (2014) pesquisou 400 periódicos científicos brasileiros indexados por uma ou mais das bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Scopus e Web of Science (WoS). O autor identificou que 51% dos periódicos são editados por universidades e as suas unidades de ensino e pesquisa. Os dados também apontaram que apenas 10 dos 400 periódicos identificados são publicados por editoras comerciais, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Periódicos indexados no SciELO ou Scopus ou WoS por tipo de instituição responsável

Tipo de instituição responsável pelos periódicos	ÁREAS TEMÁTICAS								Total (%)	Total
	Saúde	Humanas	Agrárias	Biológicas	Sociais Aplicadas	Exatas e da Terra	Engenharia	Linguística, Letras e Artes		
Universidades e suas unidades	38%	64%	63%	37%	64%	33%	38%	90%	51%	206
Comunidades científicas e profissionais	48%	19%	19%	39%	13%	50%	50%	5%	33%	131
Instituições não universidades	11%	16%	17%	22%	18%	10%	12%	5%	14%	55
Editoras comerciais	3%	2%	2%	2%	5%	7%	0%	0%	2%	10

Fonte: Packer (2014, p. 315).

De acordo com a Tabela 1, é possível supor que os 206 periódicos editados por universidades e as suas unidades têm a sua qualidade editorial científica referendada pelo atendimento aos critérios de indexação estabelecidos por estas bases (SCIELO, WoS, Scopus) para a entrada e a permanência nas suas coleções. Packer (2014) chamou a atenção ao fato de que os periódicos científicos brasileiros não figuram no mercado como um negócio editorial comercial, como a maioria dos editados em países desenvolvidos.

Novos periódicos científicos surgem a cada ano e, junto aos demais títulos ativos, atendem à demanda de “publicar ou perecer”, movimentando o fluxo editorial científico iniciado por autores que precisam publicar para pontuar quantitativamente para progressão nas suas carreiras acadêmicas. Waters (2006, p. 25) questionou “[...] quantos textos um estudioso deve publicar [...] o que as boas publicações têm de bom se perde em meio a tantas produções que são apenas competentes e muitas mais que não são nem isso”.

Vilaça (2013, p. 10) ponderou que esta lógica cria o que o autor chama “periodicocracia do conhecimento”, contribuindo com práticas acadêmicas questionáveis em relação à ética dos pesquisadores, para cumprimento das cotas anuais de produção científica exigidas pelos programas de pós-graduação. Waters (2006) alertou que a avaliação da produção docente foi terceirizada pelos programas de pós-graduação, que não mais avaliam os seus pares para obter estabilidade, terceirizando para as editoras universitárias esta tarefa.

Para fazer face ao aumento da demanda motivada pela pressão por publicar, os editores contam com os seus pares na comunidade científica, que realizam o trabalho voluntário de avaliação do conteúdo científico a ser publicado. Estes condicionantes exigem dos editores um planejamento rigoroso em relação aos prazos de publicação e um relacionamento intenso com os seus avaliadores, para que doem as suas horas de trabalho em favor da ciência. Esta prática do mercado editorial brasileiro, embasada no trabalho voluntário, acaba sobrecarregando a comunidade acadêmica como um todo, principalmente, os editores, pois muitas vezes os periódicos não conseguem avaliar o volume de artigos submetidos ao fluxo editorial.

A editoria científica exige que professores e alunos da pós-graduação sejam autores, avaliadores, editores e membros de comitês editoriais de diferentes periódicos da área em que atuam. Todas estas atividades e a pressão por publicação acabam prejudicando a qualidade da comunicação científica desenvolvida.

A sobreposição de atividades dos Editores pode vir a afetar a qualidade do processo editorial. Ao mesmo tempo em que os

relacionamentos e as responsabilidades inerentes ao contexto docente – pesquisador – editor é uma realidade no Brasil, a atenção e a acuracidade no bojo do acompanhamento da gestão do periódico fica fragilizado (ARAÚJO *et al.*, 2017, p. 56).

Se não há aporte institucional para capacitar, profissionalizar e prover com o necessário os indivíduos que atuam na editoria científica, os periódicos, certamente, têm poucas condições de alcançar a qualidade desejada no meio acadêmico pelas agências de fomento e reguladoras.

3 Atores envolvidos na editoria científica

A comunidade acadêmica e científica é uma das principais partes interessadas na editoria científica e participa do processo editorial desempenhando diferentes papéis. Leitores, autores, avaliadores e editores da informação científica e tecnológica. Estas funções são executadas simultaneamente pelo mesmo indivíduo durante a sua carreira acadêmica, relacionando-se com os periódicos científicos dos quais mais se identifica, conforme a área de pesquisa. No sistema de comunicação científica, “seus atores, os cientistas, exercem papéis tão dinamicamente entrelaçados que não é possível conceber um aspecto de um comportamento sem o outro” (WEITZEL, 2006, p. 99).

De maneira geral, os indivíduos envolvidos na editoria científica se dedicam de forma voluntária. Editores e avaliadores doam o seu tempo para a publicação científica, entendendo que a publicação é inerente ao labor científico. A atividade de avaliação de artigos submetidos ao fluxo editorial científico é realizada de forma voluntária, apresentando como retorno aos avaliadores o acesso em primeira mão dos resultados de novas pesquisas, mantendo o avaliador atualizado no seu campo de estudos e sendo reconhecido por meio da divulgação do seu nome como avaliador, gerando prestígio perante os seus pares na comunidade científica (WERLANG, 2013).

O editor é “responsável pela direção de uma publicação” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2016, p. 2). Está nas suas mãos a decisão do que será publicado, ou não, considerando as avaliações realizadas por seus pares. Essa tomada de decisão tem impacto direto na divulgação das pesquisas, por meio dos artigos publicados e nos consequentes avanços nas diferentes áreas do conhecimento.

A publicação dos resultados faz parte da pesquisa e, neste contexto, “compete aos editores científicos atuar de forma didática sobre a comunidade, auxiliando autores e revisores a identificar todos e cada um dos requisitos que um artigo deve atender para atingir a qualidade plena” (TRZESNIAK; PLATA-CAVIEDES; CÓRDOBA-SALGADO, 2012, p. 66).

A função exige maturidade científica e disponibilidade de tempo para as demais atividades. Os desafios cotidianos na execução do fluxo editorial científico assumido pelos editores são, segundo Blattmann (2012, p. 94):

Seguir recomendações das áreas, padronização da revista, o recebimento dos originais, a escolha dos avaliadores, o apoio da equipe técnica e a busca permanente de originais inéditos fazem desse contexto uma tarefa árdua e permanente no registrar o desenvolvimento da ciência. Para ser um bom editor precisa-se acompanhar o cotidiano pelo menos durante uma década.

O professor que assume a função de editor, em um periódico científico de um programa de pós-graduação, precisa continuar com a sua produção acadêmica e incorporar mais a atividade de editor. Esta produção intelectual, que demanda tempo de dedicação, é geralmente realizada sem o devido reconhecimento, como relata Packer (2014, p. 316) “as funções de editor-chefe e editores associados, embora acrescentem prestígio aos pesquisadores, não são reconhecidas formalmente nos sistemas de avaliação e é mínimo o número dos que são devidamente remunerados”.

O pesquisador, para desempenhar a função de editor, geralmente deve apresentar no seu perfil titulação em nível de doutorado, com formação na área do periódico, experiência e reconhecimento da comunidade científica. Ademais, características pessoais como discrição e idoneidade também são desejadas, desempenhando as suas atividades com ética, agilidade administrativa e controle do tempo na gestão do fluxo editorial científico, exercendo liderança junto à equipe editorial e da rede de colaboradores voluntários, vinculados a outras instituições.

Araújo *et al.* (2017, p. 45) retrataram os diferentes desafios que os editores enfrentam quando afirmam que “a prática da gestão editorial de um periódico científico requer esforços para criação de redes de contatos, composição de conselho editorial, banco de avaliadores, recursos humanos, materiais e financeiros e estrutura tecnológica”.

Na IES, o professor assume o papel de editor concomitantemente com outras funções inerentes à docência, seja pela pressão dos programas de pós-graduação em relação às suas produções ou pelo gosto de desempenhar a atividade. Porém, as dificuldades no exercício da função a serem enfrentadas são inúmeras, conforme relataram os editores da revista *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, Benchimol e Cerqueira (2014, p. 350):

Até o ingresso no SciELO, HCS – Manguinhos enfrentou muitos dos problemas que afligem grande número de revistas da área de

humanas. Revistas à míngua de recursos, tocadas por equipes pequenas, com grande dose de voluntarismo e, às vezes, amadorismo, cujos editores dividem seu tempo de trabalho com variadas atividades de ensino e pesquisa.

As responsabilidades dos editores científicos vão além da condução do fluxo editorial, como salientou Moraes (2017) a função exige ainda lidar com questões éticas de autoria, conflitos de interesses, pressão dos financiadores e da academia por produção, o que acaba valorizando a quantidade em detrimento da qualidade do conteúdo publicado.

Sandes-Guimarães e Diniz (2014, p. 459) afirmaram que “a maioria dos editores não recebe tipo algum de remuneração por seu trabalho e também não conta com o auxílio de um editor-adjunto no processo, o que ajudaria a diminuir a carga de trabalho do editor científico”.

Além das demandas relativas ao conteúdo científico, os editores também são responsáveis por questões administrativas do periódico.

Os editores-chefes, em muitos casos, além da condução das políticas e execução das funções editoriais de seleção de manuscritos e disseminação, assumem boa parte das funções administrativas e operacionais de publicação, atuando como *publishers* de um só periódico (PACKER, 2014, p. 315).

Para enfrentar os desafios e se manter firmes no propósito e no foco do periódico, os editores devem se amparar na política editorial, que precisa estar formalizada e disseminada, e na equipe editorial que lhe dá suporte. Como abordaram Fontes, Santana e Sandes-Guimarães (2015) no seu estudo a respeito da profissionalização da função de editor-chefe, o apoio da equipe editorial é fundamental, fazendo parte da função do editor-chefe a gestão de pessoas e a liderança da equipe junto aos processos editoriais. A fragilidade dos recursos humanos disponíveis para a edição dos periódicos científicos da área de Administração pesquisada pelas autoras é preocupante, pois se identificou que a quantidade de pessoas varia muito entre os periódicos, as equipes trabalham sem espaço físico adequado e conforme a disponibilidade das suas agendas. As autoras concluíram que as equipes são frágeis e que os editores enfrentam situações complexas para liderá-las.

As equipes editoriais têm formações diversas, sendo que alguns periódicos contam com profissionais que assumem a função de editor executivo, gerente, assistente ou administrativo. Este profissional é o responsável pelas questões administrativas, permitindo que o editor científico foque o seu trabalho nas etapas do processo que dão a qualidade do conteúdo científico publicado (TRZESNIAK, 2009). Compete

ao editor executivo acompanhar a execução das demandas editoriais junto ao editor científico; acompanhar a publicação dos fascículos, seguindo as normas e o design do periódico; acompanhar a divulgação e a indexação; executar diretrizes e políticas de recursos financeiros e tecnológicos, visando à sustentabilidade e à preservação digital do periódico.

O perfil e a capacitação da equipe editorial são fundamentais para a qualidade do que é publicado. A instituição editora precisa proporcionar condições adequadas para que o editor desempenhe as suas funções de maneira satisfatória, mantendo o foco e não desperdiçando recursos humanos nem financeiros. Como abordaram Santana e Francelin (2016, p. 13):

[...] é fundamental a adoção de ações que visem à profissionalização de suas equipes e o comprometimento das entidades publicadoras em oferecer infraestrutura adequada e recursos humanos e financeiros que permitam aos periódicos serem editados e publicados conforme critérios de qualidade internacionais.

As equipes editoriais são formadas, geralmente, por profissionais com diferentes formações acadêmicas, tais como professores doutores e alunos bolsistas da área do periódico, profissionais de editoração, *design*, revisores de texto, tradutores, entre outros. Porém, o profissional que mais está presente nas equipes e contribui com os editores científicos é o bibliotecário.

Santana e Francelin (2016) identificaram uma maior inserção de bibliotecários nas equipes editoriais e a ampliação das atividades exercidas por estes profissionais. As autoras listaram diversas atividades desempenhadas por bibliotecários nas equipes editoriais de 37 periódicos pesquisados e as agruparam em quatro áreas profissionais, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Agrupamento das atividades identificadas por campo de atuação profissional

Administração	Apoio técnico e administrativo Assessoria aos autores e pareceristas Assessoria técnica Desenvolvimento de projetos Divulgação ao público Editoria executiva Elaboração de relatórios Elaboração de análises métricas Gerenciamento de redes sociais Prestação de contas	Assistência editorial Diagramação Edição de texto Gerenciamento do fluxo editorial Produção editorial Revisão textual Secretaria de edições	Editoração
---------------	---	---	------------

Biblioteconomia	Elaboração de Ficha Catalográfica Indexação Normalização técnica	Marcação XML Manutenção do <i>site</i> do periódico Organização e gerenciamento de bases de dados virtuais	Tecnologia da Informação
-----------------	--	--	--------------------------

Fonte: Santana e Francelin (2016, p. 19).

Como se pode observar no Quadro 1, o campo de atuação dos bibliotecários no fluxo editorial científico se amplia com o desempenho de atividades administrativas, de produção editorial, relativas às tecnologias da informação, além das pertencentes à área da biblioteconomia.

A profissão de editor não é regulamentada no Brasil, pois não consta na Listagem das Profissões Regulamentadas¹ do Ministério do Trabalho e Previdência. Mas a ocupação de editor, incluindo a especificidade de editor de revista científica, consta na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Previdência. A relação das ocupações na CBO é atualizada constantemente e não diferencia as profissões que são regulamentadas das que são de livre exercício profissional, portanto, as ocupações não regulamentadas. A existência da função de editor de revista científica favorece para que seja estabelecida esta função nas instituições editoras de periódicos científicos.

Apresentamos, a seguir, os procedimentos metodológicos utilizados no processo desta pesquisa.

4 Metodologia

Esta é uma pesquisa com fins exploratórios e descritivos, que se mostra no primeiro aspecto – o exploratório – pelo fato de que está consoante com a afirmação de Gil (2010) sobre pesquisas desse tipo possuírem planejamento flexível e considerar os diversos aspectos do fenômeno em estudo. Sobre o viés descritivo, ainda em consonância com o que apresentou Gil (2010), esse tipo de pesquisa descreve características da população estudada.

Do ponto de vista da abordagem, é uma pesquisa mista, com predominância para os aspectos quantitativos. A abordagem mista (qualitativa e quantitativa) vai ao encontro da afirmação de Martins e Theóphilo (2009, p. 107) que “é descabido o entendimento de que possa haver pesquisa exclusivamente qualitativa ou quantitativa. Investigações científicas contemplam ambas”.

A coleta de dados deu-se a partir da aplicação de questionário semiestruturado, enviado em agosto de 2019, por meio de formulário do Google Docs, para o universo de 1.161 editores vinculados à Associação Brasileira de Editores Científicos – ABEC Brasil. A escolha deste recorte se

¹ (disponível em <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/regulamentacao.jsf#e>)

deu pelo fato de a Associação congregar o público-alvo da pesquisa, ou seja, editores de periódicos científicos de todas as áreas do conhecimento e pela conveniência do envio do questionário por *e-mail* aos associados, autorizado pela diretoria que apoiou o desenvolvimento da pesquisa.

O questionário foi respondido por 95 editores, o que caracteriza uma amostra de 8,1% do universo de associados. O índice de respostas, embora possa ser considerado baixo em relação ao total, é uma amostra qualificada para os objetivos da pesquisa.

Os dados aqui apresentados foram extraídos do questionário apresentado aos participantes da pesquisa, composto originalmente de 50 questões. Para este artigo foram selecionadas 25 perguntas, consideradas relevantes no âmbito da discussão da problemática apresentada.

Para evitar entendimentos equivocados sobre quantitativos maiores que os 100%, salienta-se que algumas questões ultrapassam o número de respondentes, nos casos em que foi possível marcar mais de uma opção. O percentual apresentado sempre se relaciona com os 95 respondentes que correspondem a 100% da amostra.

5 Resultados

Analisaram-se nesta seção os dados que objetivam descrever o aporte institucional disponível aos editores de periódicos científicos, em termos financeiros, humanos, físicos e tecnológicos

As questões iniciais foram elaboradas para caracterização das instituições, dos vínculos estabelecidos e formalizados entre a instituição e o periódico, da atuação do Comitê de Política Editorial e a existência de um regulamento que estabeleça a estrutura do periódico.

Em relação ao tipo da instituição responsável pela edição dos periódicos científicos, 73% são editados por instituições de ensino e o restante por sociedades ou associações científicas e governamentais, sendo que nenhum dos editores pesquisados respondeu que a sua instituição é uma editora comercial. Os dados corroboram com o estudo de Packer (2014), que também identificou na sua amostra a predominância de IES como principais editoras de periódicos científicos no Brasil e que não estão no mercado editorial como um negócio comercial.

Em relação à natureza jurídica das editoras, as instituições públicas compõem 61% da amostra, sendo as privadas 19%, seguidas pelas comunitárias com 8%, filantrópicas com 5% e outros tipos de instituições com 7%.

Quando indagados da existência de documento que formaliza a criação ou o vínculo do periódico com a instituição editora, 67% declararam que sim, existe documento, 18% declararam que não e 15% declararam não saber. Embora a maioria (67%) tenha documento formal de criação ou vínculo, há casos, como o editor 53 que declarou que,

apesar da existência de documento do vínculo do periódico com a instituição editora, não há comprometimento em relação à existência de orçamento para o periódico. O fato de 33% dos editores não saberem ou não terem documento que formaliza o vínculo do periódico com a instituição editora é um problema, visto que este aspecto representa riscos para a continuidade do periódico e a perenidade do conteúdo publicado.

Quanto ao apoio recebido do Comitê de Política Editorial da instituição editora, 61% dos editores declararam receber apoio, sendo este atuante coletiva e estrategicamente quanto a política editorial dos periódicos que editam. Porém, o percentual significativo de 39% daqueles que não souberam ou afirmaram que o comitê não é atuante pode ser um dado que aponta para a necessidade de um maior vínculo institucional entre o editor, o periódico e a instituição editora.

Para identificar a existência de regulamento ou documento que estabeleça a estrutura do periódico, a questão abordou que o regulamento deve determinar a periodicidade, as seções, os números especiais, a existência e número de editores associados e/ou adjuntos, assistentes, dentre outros. A existência e o cumprimento de regulamento foram declarados por 66% dos editores, 9% declararam que existe regulamento, porém não é seguido, 24% declararam que não existe regulamento e 1% não soube responder. Considerando os que declararam que o regulamento não existe, com o que não é seguido e ainda o editor que não soube responder, 34% dos editores trabalham sem a orientação de um regulamento. Dessa forma, há que se considerar que a continuidade dos periódicos pode ser comprometida pela inexistência ou desconhecimento deste documento quando da necessidade de substituição do editor ou outro integrante da equipe editorial.

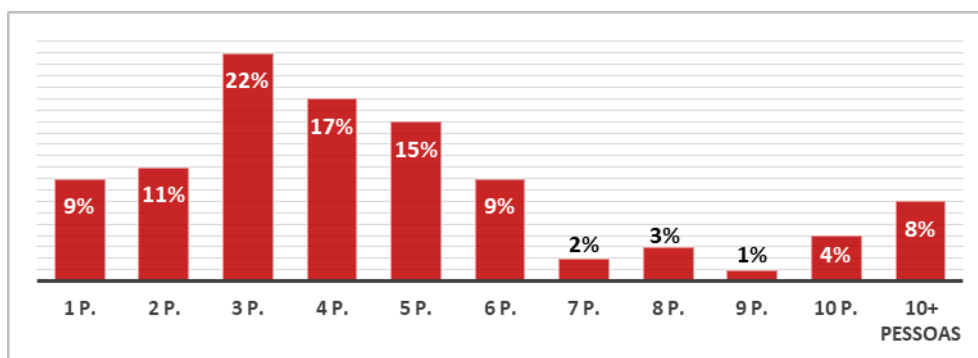
O principal indicador de que o periódico cumpre com a sua função é a regularidade da sua periodicidade. Perguntou-se aos editores se os periódicos sob a sua responsabilidade já interromperam, em algum momento, a periodicidade estipulada. Com 27% declarando que a periodicidade já sofreu interrupção, fica exposta à existência de dificuldades para a edição de periódicos científicos no Brasil. O dado pode ser considerado elevado, tendo em vista que esse requisito é fundamental em qualquer avaliação pelos quais os periódicos estão sujeitos, como as bases de dados indexadoras ou agências de fomento.

Quanto ao aporte institucional referente aos recursos humanos disponíveis pela instituição editora para o atendimento das demandas da editoria científica, os editores foram questionados quanto aos integrantes das equipes editoriais, incluindo o próprio editor, os parceiros internos de outros setores da instituição, tais como portal de periódicos, biblioteca e

editora, assim como a contratação de fornecedores externos à instituição editora.

Em relação à quantidade de pessoas que integram as equipes editoriais, as respostas dos editores são apresentadas no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Quantidade de integrantes da equipe editorial vinculada à instituição editora

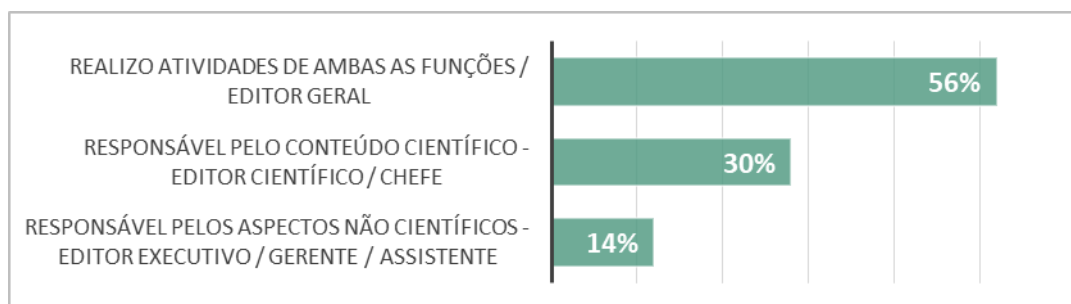


Fonte: elaborado pelas autoras.

Os periódicos apresentam grandes diferenças na composição das equipes editoriais em relação à sua dimensão, havendo concentração de 59% de até quatro pessoas. Esta questão em particular foi muito comentada pelos editores. “Não existe vínculo empregatício, somos todos voluntários” (editor 6). “Apenas o editor-chefe” (editor 26). “Eu faço tudo sozinho” (editor 36). “Média de 10 pessoas entre o editor, revisores, colaboradores” (editor 53). “Com vínculo empregatício apenas 1. Porém, há três bolsistas da Instituição na equipe” (editor 69). “17 editores voluntários e uma diagramadora contratada” (editor 81). Pela diversidade das respostas e dos comentários, é possível inferir que as equipes editoriais têm configurações diversas em termos de quantidade e de tipos de vínculos dos seus integrantes com as instituições editoras.

Para identificar o perfil dos editores respondentes, foi-lhes perguntado qual a principal função que exerce no fluxo editorial científico. As respostas estão apresentadas no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Principal função exercida pelos respondentes nos periódicos



Fonte: elaborado pelas autoras.

Esta questão apresenta a realidade dos editores brasileiros, onde a maioria (56%) é editor-geral, função que compreende atividades de cunho científico e administrativa no fluxo editorial. O editor científico trabalha sem o apoio de um editor executivo, sendo esta atividade principal para 14% dos respondentes.

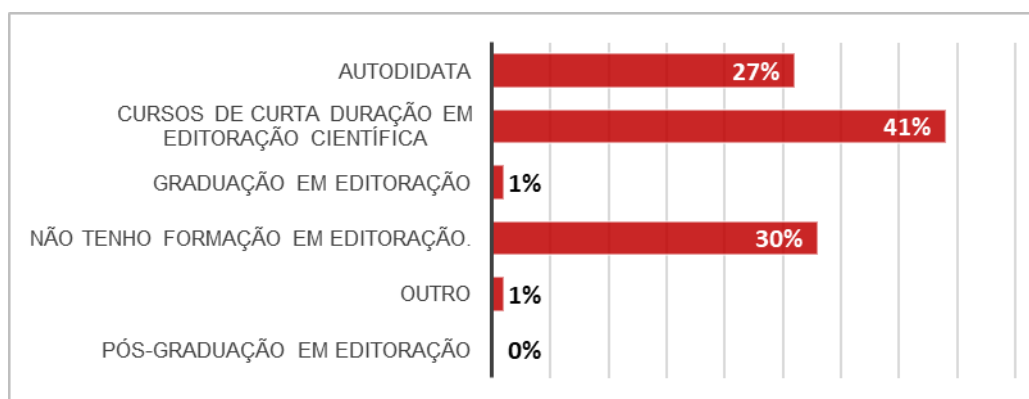
A existência de processo registrado e executado com critérios técnicos para a seleção, permanência e renovação do editor científico na instituição foi respondida pelos editores, sendo que 68% deles declararam não haver processo registrado de renovação nas suas instituições, 23% responderam que existe e 9% declararam não saber da existência. O grande percentual de respostas “não” denota que os periódicos que não apresentam processos definidos correm o risco de extinção, descontinuidade ou perda de qualidade no processo editorial quando da renovação do editor científico.

Para identificar o tempo de experiência dos editores respondentes, perguntou-se há quantos anos eles são editores, considerando as suas experiências além dos atuais periódicos que editam. Evidencia-se a pouca experiência dos editores, exposta pelos dados dos 54% respondentes com até quatro anos de experiência na editoria científica, seguidos de 29% entre cinco e nove anos de experiência e 17% com experiência acima de 10 anos.

Sandes-Guimarães e Diniz (2014, p. 459) chamaram a atenção para a realidade dos editores da área de Administração quando afirmaram que nenhum dos seus entrevistados “apresentava experiência anterior na edição de um periódico científico quando assumiu a editoria do periódico em questão”.

Com foco na profissionalização dos editores, a questão a seguir objetivou identificar que tipo de formação em editoração os respondentes possuem (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Formação em Editoração

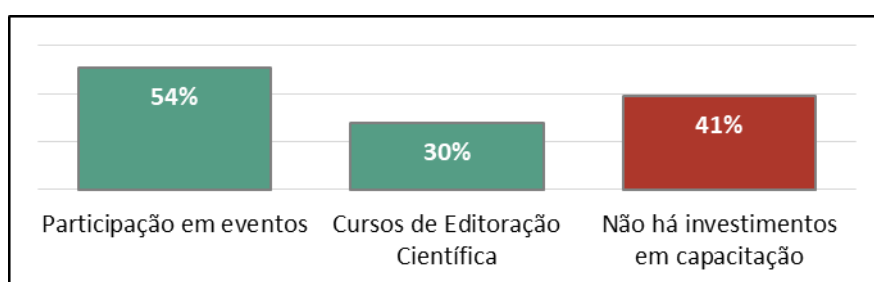


Fonte: elaborado pelas autoras.

Cursos de curta duração em editoração científica representa o principal meio de formação para 41% dos respondentes, seguido pelos que declararam não possuírem formação (30%) e por autodidatas (27%). A pesquisa bibliográfica e documental realizada (WERLANG, 2019) não identificou formação específica para editores científicos em nível de graduação ou pós-graduação. A demanda por formação é atendida por cursos de curta duração.

O estudo buscou identificar se há investimento em capacitação e de que maneira é realizada a capacitação da equipe editorial, sendo esta uma das formas de aporte institucional para o atendimento das demandas editoriais, apresentados no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Meios de investimentos na capacitação da equipe editorial

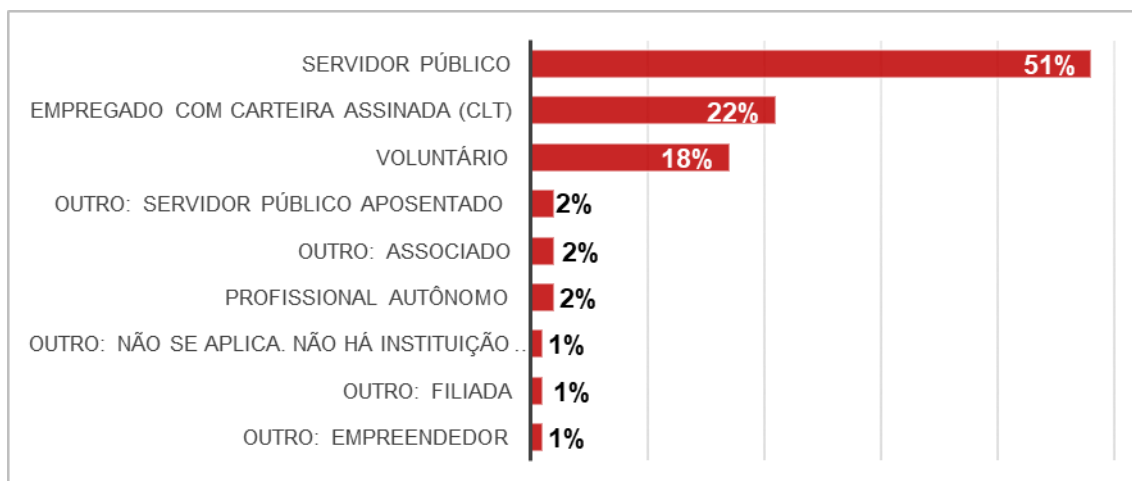


Fonte: elaborado pelas autoras.

A capacitação para exercer atividades editoriais é fundamental para a qualidade dos periódicos, portanto, é preocupante que 41% dos respondentes declarem que as instituições não investem na sua capacitação. Instituições de ensino que editam periódicos científicos podem prever capacitações para seus editores nos setores das bibliotecas universitárias ou pelas equipes responsáveis pelos portais de periódicos.

Para identificação dos vínculos empregatícios firmados entre as instituições editoras dos periódicos e os seus editores, os respondentes puderam marcar mais de uma das opções disponíveis, os resultados são apresentados no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Vínculo empregatício dos editores



Fonte: elaborado pelas autoras.

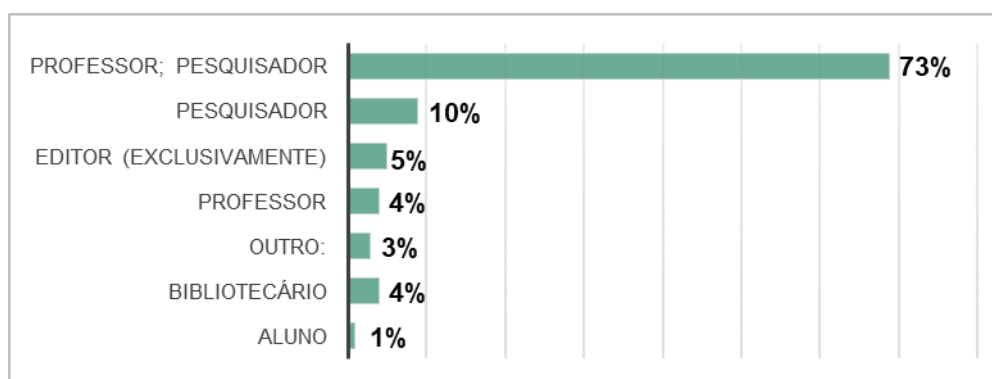
Como esperado, 53% dos editores são servidores públicos, incluindo os 2% já aposentados, lembrando que 61% dos periódicos desta amostra são editados por instituições públicas, como identificado anteriormente.

A CBO apresenta o código 2616-25 para editor de revista científica. A pesquisa buscou identificar se os editores conhecem esta ocupação. O conhecimento da existência da ocupação de editor de revista científica é relevante para o reconhecimento dos indivíduos que desempenham esta função. 88% desconhecem esta ocupação na CBO, informação essa de certa forma esperada, visto que a função é exercida pelos editores que, em boa parte, são funcionários públicos de instituições de ensino superior, exercendo a docência como atividade principal.

A ocupação de editor de revista científica para os indivíduos que exercem exclusivamente a função de editor executivo é passível de formalização, principalmente para os técnicos administrativos que poderiam exercer esta função, caso ela faça parte do organograma das instituições

Além da função de editor, a pesquisa buscou identificar as outras funções que os respondentes exercem na instituição onde possuem vínculo (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Funções exercidas na instituição além de Editor



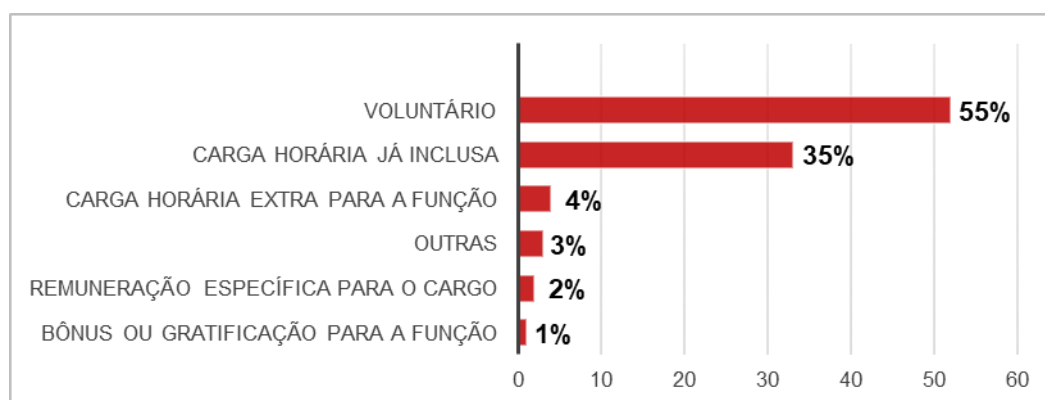
Fonte: elaborado pelas autoras.

Professor e pesquisador são as funções exercidas por 73% dos editores respondentes e, dos 95 respondentes, apenas cinco exercem a função de editor exclusivamente. Destes cinco, dois estão vinculados a sociedades ou associações técnico-científicas, um em instituição governamental e dois em instituições de ensino. Já destas cinco instituições, duas são de natureza privada e três são públicas. Quanto a principal função no fluxo editorial científico, três são editores executivos e dois são editores-gerais.

Em relação ao vínculo destes cinco respondentes que desempenham exclusivamente a função de editor, dois são empregados (CLT), um servidor público, um profissional autônomo e um voluntário, sendo que apenas um deles possui graduação em editoração.

No que se refere à forma de remuneração para atuar como editor, as respostas são apresentadas no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Como você é remunerado para atuar como Editor



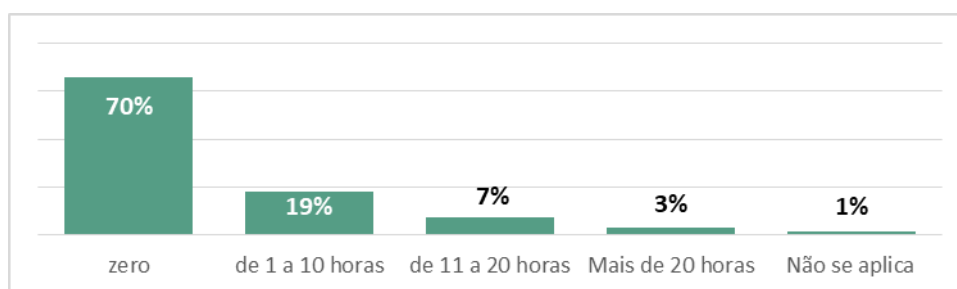
Fonte: elaborado pelas autoras.

Como fica evidente no Gráfico 7, a maioria dos editores exerce de forma voluntária as suas funções e, ainda que 35% tenham carga horária incluída, o baixo índice de editores que declararam receber para o cargo (2%) denota falta de aporte financeiro para os editores científicos brasileiros. Soma-se a essa falta de aporte o comentário do editor 67,

voluntário, que afirmou: “não raro uso recursos próprios para pequenas despesas da revista, além de arcar com os prejuízos financeiros decorrentes da dedicação a esta função. Idealismo, puro idealismo”. Essa afirmação apresenta um tom de conformismo e esperança, compreendendo a sua nobre missão de divulgar novos conhecimentos à sociedade.

A pesquisa procurou identificar quantas horas semanais os respondentes recebem para desempenhar as suas atividades editoriais, o Gráfico 8 apresenta este quantitativo.

Gráfico 8 - Quantidade de horas semanais recebidas para desempenhar atividades editoriais



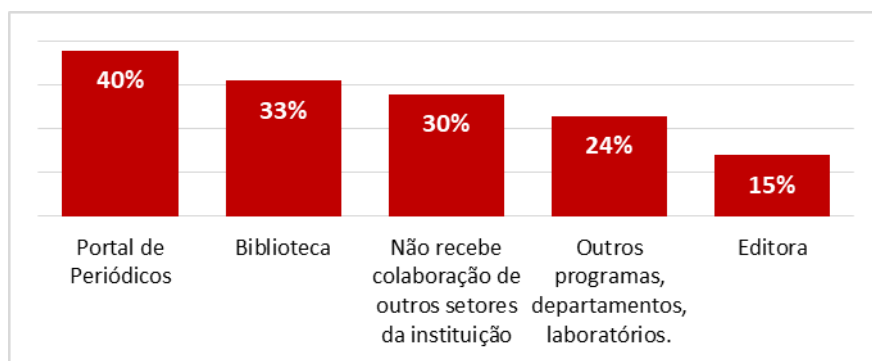
Fonte: elaborado pelas autoras.

Os dados do Gráfico 8 estão em consonância com aqueles apresentados no Gráfico 7, pois, se a maioria trabalha de forma voluntária (55%) e uma boa parte tem carga horária inclusa nas suas atividades (35%) significa que não receber horas (zero horas, 70%) ou algumas poucas horas (1 a 10 horas, 19%) é a realidade dos editores brasileiros respondentes.

O aporte de recursos humanos diz respeito também aos parceiros internos da instituição, tais como profissionais locados na biblioteca, no portal de periódicos e em outros departamentos, como também a fornecedores externos à instituição contratados para o atendimento das demandas do fluxo editorial científico.

Buscamos identificar se os periódicos recebem a colaboração de outros setores da instituição para atendimento das demandas editoriais (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Setores das instituições editoras que colaboram com os periódicos científicos



Fonte: elaborado pelas autoras.

As instituições que possuem portal de periódicos, 40% da amostra, geralmente contam nas suas equipes com profissionais que apoiam os editores. As bibliotecas figuram em segundo lugar com 33%, pois os bibliotecários comumente são os grandes parceiros dos editores, colaborando principalmente na normalização dos artigos, na indexação dos periódicos em bases de dados de interesse, assim como em outras demandas como apontado no estudo de Santana e Francelin (2016).

Para as instituições de ensino editoras, a inserção de alunos bolsistas pode suprir algumas demandas do fluxo editorial, tais como os alunos dos cursos de Produção Editorial realizarem a diagramação, os de Letras a revisão de idiomas, os de Biblioteconomia a indexação e assim por diante, com possibilidades de ampliação das parcerias internas entre os departamentos das IES.

Com equipes reduzidas, aqueles editores que possuem recursos financeiros se utilizam da contratação de fornecedor externo à instituição para atendimento de demandas do fluxo editorial científico. A pesquisa buscou identificar se o periódico contrata fornecedor externo para atendimento de demandas editoriais. Nesta questão, 54% responderam sim e 46% não, dado que pode ser preocupante, sobretudo se isso vier combinado a outros fatores como o trabalho voluntário e a falta de carga horária específica para a atividade.

A responsabilidade e a sobrecarga de trabalho dos editores científicos que não possuem equipe, que não estabelecem parcerias internas ou que não recebem aporte financeiro para a contratação de fornecedores para darem conta da quantidade e da complexidade das demandas do fluxo editorial científico, fragiliza a periodicidade e a perenidade dos periódicos científicos.

Para conhecer o aporte financeiro recebido, buscou-se identificar se os recursos financeiros próprios da instituição destinados à manutenção anual do periódico são suficientes. Neste tema, 62% declararam que os recursos financeiros próprios da instituição não são suficientes para a

manutenção anual dos periódicos que editam. O fato de 12% dos editores declararem não saber responder denota o desconhecimento de como o periódico é sustentado financeiramente. O aporte financeiro dos 26% que possuem esse recurso suficiente pode ser considerado baixo, pois não se sabe como esses periódicos se mantêm ativos.

Pelos comentários apresentados na Tabela 2, é possível inferir que os editores enfrentam dificuldades e buscam diversas formas de substituir a falta de aporte financeiro por parte das instituições editoras.

Tabela 2 – Comentários dos editores quanto aos recursos financeiros

Editor	Comentários
13	Precisamos sempre contar com recurso do CNPq (via edital).
20	A instituição não dispõe de recurso para a revista.
21	Voluntários.
36	Entenda, meus recursos são pessoais, pois arco com as despesas de pagamento por DOI e para ser associado da ABEC.
38	Dificultada pela lei 8666 (licitação).
44	Desta forma, solicita-se a participação dos autores no processo com a cobrança de taxa de publicação. Valores diferenciados são cobrados aos brasileiros e estrangeiros.
53	Não existe este recurso.
74	Não tem recurso financeiro.
75	No caso de nossa revista, temos apenas o pagamento do DOI pela IES.
76	Parcialmente.
86	Não há apoio financeiro da Instituição.
92	São suficientes para a publicação <i>on-line</i> da revista. Contudo, tivemos que renunciar à versão impressa desde o ano 2014.
94	Utilizamos da prática de permuta e termos de cooperação técnica.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Em relação à origem do aporte financeiro para a manutenção dos periódicos, a pesquisa investigou a composição do orçamento, os resultados são apresentados no Gráfico 10.

Gráfico 10 - Composição do orçamento dos periódicos



Fonte: elaborado pelas autoras.

O Gráfico 10 expõe que 31% dos periódicos desta amostra nem sequer possuem orçamento e que 59% dos editores declararam que os recursos financeiros disponíveis proveem das instituições editoras. Em relação à origem dos recursos, há que se levar em conta que alguns editores consideram a possibilidade de incluir parte do trabalho, que é pago, para dedicação ao periódico, como aporte financeiro da instituição, como destacou um respondente: "considero a lotação de um servidor específico para a revista como *recursos próprios da instituição*" (editor 47, grifo do entrevistado).

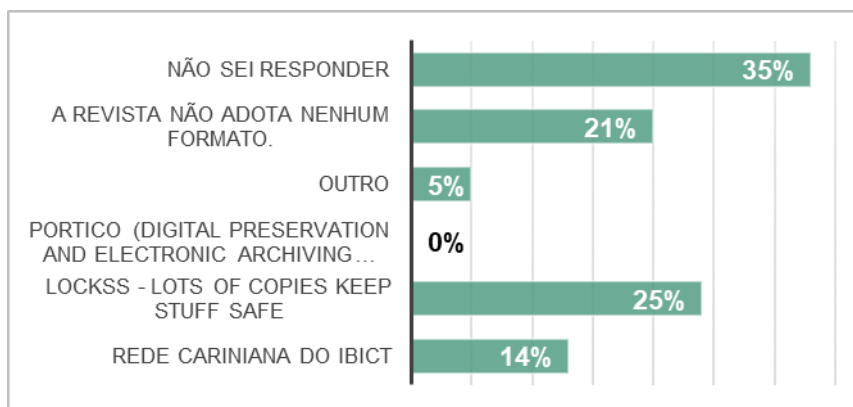
A falta de cobrança por taxa de submissão ou publicação (Gráfico 10), os recursos financeiros insuficientes e o trabalho voluntário (Gráfico 7) são preocupantes em relação à autossustentação financeira e à continuidade dos periódicos, devido ao precário aporte institucional recebido.

O aporte institucional também se concretiza pela disponibilidade, por parte das instituições editoras, de ambiente físico adequado para a equipe editorial realizar o seu trabalho. O trabalho em ambiente físico adequado foi declarado por 47% dos editores, 13% trabalham em ambientes inadequados e 40% das instituições não disponibilizam ambiente físico para seus editores. Embora, geralmente, o fluxo editorial seja executado em ambientes *on-line*, podendo ser realizado remotamente, os dados apresentam a realidade do aporte físico disponibilizado pelas instituições para as equipes editoriais.

Os sistemas de gestão do fluxo editorial científicos auxiliam editores na condução dos processos da editoração científica. Perguntou-se aos editores qual sistema de gestão do fluxo editorial é utilizado. Como esperado, o Open Journal Systems é o sistema mais utilizado com 76%, provavelmente por ser gratuito e contemplar todas as etapas do fluxo editorial científico, da submissão à publicação. 13% utilizam o ScholarOne, 4% indicaram que terceirizam com fornecedor contratado, 3% indicaram outros sistemas e 4% declararam que não utilizam nenhum sistema.

A preservação digital dos conteúdos publicados pelos periódicos é fator determinante para que eles cumpram com os seus objetivos, sem o qual nem deveriam ser considerados científicos. A publicação *on-line*, por meio de sistemas de gestão, facilita a publicação, porém cria outra demanda, a preservação digital. A pesquisa buscou identificar se os periódicos adotam algum formato de preservação digital para os conteúdos publicados (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Formato de preservação digital adotado nos periódicos científicos



Fonte: elaborado pelas autoras.

Percebe-se pelo Gráfico 11 que um elevado percentual, 56% dos pesquisados, não garante ou não tem conhecimento de como garantir a preservação do conteúdo que publica. Para esse tipo de resposta seria esperado que 100% dos editores respondentes atendessem a este critério, essencial para as publicações científicas.

A precariedade da situação transparece pelos comentários dos editores. “No máximo, mantenho cópias dos arquivos em discos pessoais” (editor 36). “No momento nenhum, mas vou buscar e adotar” (editor 53). “Solicitamos a inclusão na Rede Cariniana e estamos aguardando resposta” (editor 56).

A divulgação do conhecimento científico em meio digital precisa ser garantida pelos periódicos científicos, porém, para visibilidade e recuperação da informação, o periódico precisa atribuir um DOI (*Digital Object Identifier*) para que os trabalhos que publica permaneçam disponíveis. 84% declaram que sim e 16% que não atribuem DOI ao conteúdo que publicam.

As questões objetivaram caracterizar as instituições, os periódicos científicos, as equipes editoriais e cumprir com o objetivo de discutir o aporte institucional disponível aos editores de periódicos científicos.

6 Algumas considerações a respeito do aporte institucional

Considera-se atendido o objetivo de discutir o aporte institucional disponível aos editores de periódicos científicos, em termos financeiros, humanos, físicos e tecnológicos. Os dados apresentados neste artigo são reveladores a respeito das condições em que são editados os periódicos científicos brasileiros.

Os órgãos reguladores exercem pressão sobre os editores para que atendam com excelência as exigências da comunidade científica, o que denota grande esforço dos editores para atendê-los. A pesquisa aponta as lacunas existentes nos aportes institucionais recebidos, principalmente

quanto ao trabalho voluntário e aos recursos financeiros insuficientes para a autossustentação dos periódicos.

Espera-se, por meio destes resultados, chamar a atenção da sociedade quanto à fragilidade do aporte institucional disponibilizado pelas instituições editoras, visando não apenas a manutenção dos periódicos, mas também como a melhoria no atendimento às demandas e às expectativas da comunidade acadêmica na publicação de artigos científicos.

Conforme os dados apresentados, os periódicos são editados, muitas vezes, sem que haja orçamento adequado. A venda de assinaturas, publicidade e a cobrança da taxa de publicação são fontes de recursos pouco explorados pelos periódicos científicos no Brasil que, como visto, não atuam no mercado visando lucro ou sequer a autossustentação.

Quanto ao aporte tecnológico, é preocupante a constatação de que parte dos periódicos não adota nenhum modelo de preservação digital, colocando em risco a perenidade do conhecimento científico por eles publicado.

Com foco na profissionalização da função, propõe-se que a nomenclatura adotada seja a de editor científico, sendo ele o responsável pelo conteúdo científico do periódico. Ele, geralmente, exerce a função temporariamente, podendo ser sucedido por seus pares, que se sugere ser por processo de seleção entre os pares e a sua permanência ou renovação definidos por critérios técnicos. A função deve ser desempenhada por indivíduos com formação acadêmica na área do periódico, sendo desejável ter capacitação em editoria científica. A maioria dos periódicos brasileiros é editada por instituições de ensino superior, onde a função de editor de periódico científico, exercida por professores e pesquisadores, é assumida temporariamente ao longo da carreira acadêmica.

O editor executivo é o responsável pelas demandas administrativas, função preferencialmente a ser exercida por profissional fixo no quadro da instituição, para dar suporte aos editores científicos, inclusive em caso de renovação do editor, sem perda nos processos definidos e executados no periódico.

A prestação de serviços de editoria científica carece de profissionalização devido a não formação na área de editoração dos seus principais gestores, os editores científicos. Como cenário ideal, propõe-se que a gestão editorial nos periódicos seja uma função exercida por profissionais formados em editoração ou biblioteconomia, que assumem a função de editor executivo, dando suporte para que o editor científico desempenhe exclusivamente as suas atividades editoriais científicas, com possibilidade de desempenho com mais qualidade, sem a necessidade de utilizar do seu tempo livre para o desempenho das atividades.

O registro de profissionais ocupando a função de editores executivos pode ser enquadrado na ocupação (2616-25) de editor de revista científica da CBO no organograma/regimento das instituições. Esta é uma possibilidade de reconhecimento e aporte institucional aos editores.

O editor, geralmente carente de aporte de recursos humanos, pode estabelecer parcerias com outras instâncias dentro da sua própria instituição. As editoras universitárias, por exemplo, podem contribuir compartilhando aportes não financeiros, tais como infraestrutura física, recursos humanos (revisores, *designers*, diagramadores) e aportes tecnológicos para os periódicos científicos da própria instituição. Os departamentos de Biblioteconomia, Letras e Comunicação, responsáveis pela formação dos profissionais que atuam em algumas demandas editoriais, também podem ser parceiros para o aporte de recursos humanos.

Novos estudos são necessários para que este tema entre em discussão nas IES brasileiras, pois se os periódicos ocupam um lugar institucional, os editores deveriam receber aporte para desempenharem esta função, vital para a pesquisa científica e para a divulgação dos seus resultados à sociedade.

Referências

ANGELO, Edna da Silva; OLIVEIRA, Marlene. Periódicos científicos de acesso aberto de Minas Gerais: 2010-2014. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. *Anais Eletrônicos [...]* Marília: ANCIB, 2017. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/viewFile/326/1064>. Acesso em: 6 jan. 2021.

APORTE. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aporte/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

ARAÚJO, Richard Medeiros *et al.* Gestão de Periódicos: um estudo na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo. *Encontros Bibli*, Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 42-58, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *NBR 6021: 2016. Informação e documentação – Publicação periódica técnica e/ou científica – Apresentação*. Rio de Janeiro, ABNT, 2016.

ENCHIMOL, Jaime L.; CERQUEIRA, Roberta C.; PAPI, Camilo. Desafios aos editores da área de humanidades no periodismo científico e nas redes sociais: reflexões e experiências. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 347-364, abr./jun. 2014.

BLATTMANN, Ursula. Periodicidade das revistas científicas. *Biblos*, Rio Grande, v. 26, n. 1, p. 91-95, 2012.

FONTES, Ilda Fontes; SANTANA, Flávia Feitosa Santana; SANDES-GUIMARÃES, Luisa Veras de. Desafios da liderança e da profissionalização da função de editor chefe de periódico científico na área de administração. *In: Encontro Nacional de Editores Científicos (ENEC)*, 15., 2015, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: ABEC, 2015.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projeto de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. *CBO – Classificação Brasileira de Ocupações*. [2019]. Disponível em:
<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf;jsessionid=1FF9D87275FD48004C78A94055846A49.lbroute814>. Acesso em: 8 jan. 2021.

MORAIS, Ana Marlene Freitas de. Prefácio. *In: COUNCIL OF SCIENCE EDITORS. CSE's White Paper on promoting integrity in Scientific journal Publications*. Trad. Ana Maria Tomasevicius. São Paulo: ABEC Brasil, 2017. p. 12-12.

PACKER, Abel Laerte. A eclosão dos periódicos do Brasil e cenários para o seu porvir. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 301-323, abr./jun. 2014. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022014000200002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 3 jan. 2021.

SANDES-GUIMARÃES, Luisa Veras de; DINIZ, Eduardo H. Gestão de periódicos científicos: estudo de casos em revistas da área de Administração. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 49, n. 3, p. 449-461, jul./set. 2014.

SANTANA, Solange Alves; FRANCELIN, Marivalde Moacir. O bibliotecário e a editoração de periódicos científicos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 2-26, jan./jun. 2016. Disponível em:
<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/543>. Acesso em: 9 jan. 2021.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Reflexões sobre as revistas brasileiras. *Intexto*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 1-10, jan./jun. 1998. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26561/000296561.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jan. 2021.

TRZESNIAK, Piotr. A estrutura editorial de um periódico científico. *In*: SABADINI, A. A. Z. P.; SAMPAIO, M. I. C.; KOLLER, S. H. (org.). *Publicar em psicologia: um enfoque para a revista científica*. São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia; Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2009. p. 87-102.

TRZESNIAK, Piotr; PLATA-CAVIEDES, Tatiana; CÓRDOBA-SALGADO, Oscar Alejandro. Qualidade de conteúdo, o grande desafio para os editores científicos. Bogotá: *Revista Colombiana de Psicologia*, v. 21, n. 1, p. 57-78, 2012.

VILAÇA, Murilo Mariano. *Publicar ou perecer: uma análise crítico-normativa das características e dos efeitos dos modelos cientométrico e bibliométrico adotados no Brasil*. 2013. 316f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

WATERS, Lindsay. *Inimigos da esperança: publicar, perecer e o eclipse da erudição*. Tradução Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

WEITZEL, Simone da Rocha. Fluxo da Informação Científica. *In*: POBLACION, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da. (org.). *Comunicação & Produção Científica*. São Paulo: Angellara, 2006. p. 83-114.

WERLANG, Elisabete. *Revisão por pares: um estudo da gestão de avaliadores nas revistas científicas brasileiras*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107272/319565.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 jan. 2021.

WERLANG, Elisabete. *Aporte institucional para editores de periódicos científicos: autoavaliar para (re)conhecer*. 2019. 196 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da informação, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215461>. Acesso em: 6 jan. 2021.